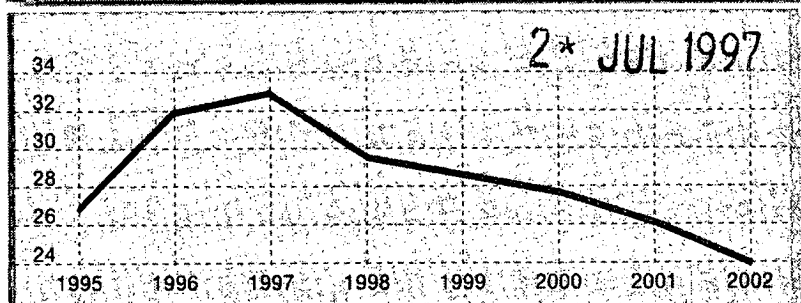


Dívida pública

(Cenário Pack - em %)



Fonte: Elaboração RC Consultores

GAZETA MERCANTIL

Um projeto para o País crescer com estabilidade

André Vieira
de São Paulo

Em meio às incertezas da recessão econômica de 1991, o economista Paulo Rabello de Castro propôs o PEC, um programa que compatibilizava estabilidade e crescimento. O programa ficou mais conhecido como Plano K, tachado pelo presidente Fernando Collor como "K, de kilo de bobagem".

Seis anos depois, Rabello de Castro lançou ontem o Programa de Ajuste e Crescimento com Capitalização (PACK), na Conferência Internacional para Integração e Desenvolvimento, promovido pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

O objetivo do PACK é superar o estrangulamento da economia com o insuficiente crescimento causado pela estabilidade do Plano Real. A base do programa é fazer um encontro de contas do setor público, de maneira a eliminar o déficit fiscal. Prevê-se, também, um pacto de produção e emprego, a desoneração da mão-de-obra e tributária e a eliminação de gargalos do Custo Brasil.

Como ponto de partida, Rabello de Castro, que é vice-presidente do Instituto Atlântico, sugere o levantamento de todos os débitos públicos, algo plausível uma vez que a União, Estados, municípios e estatais mantêm enormes passivos cruzados. Esses débitos seriam amortizados porque a renegociação com o alongamento de prazos, feita pelo governo federal,

apenas incha o endividamento futuro do setor público, explica.

A idéia é fazer um "clearing" das contas públicas, de modo a ter apenas um único credor. A amortização das dívidas seria feita por meio da Agência Nacional de Negociação de Ativos (ANNA), que conduziria o processo de negociação. "A entidade será responsável pela consolidação das obrigações de pagamento e caráter financeiro das empresas, sob controle acionário do poder público", diz o estudo.

Seria criada, também, uma moeda para as transações, emitida pelo Tesouro Nacional e cunhada como Obrigação Social do Tesouro Nacional (OSTN), cuja emissão seria baseada nos recursos e bens do Fundo de Negociação da Dívida Pública.

Os credores poderão ser pagos em OSTN, podendo participar do processo de privatização ao adquirir ações de estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

De acordo com o economista, a operação traz vantagens para os dois lados. A União recebe, enquanto a pessoa jurídica fica desobrigada de efetuar outros pagamentos futuros, sem dispor de importâncias imediatas dos cofres públicos no momento em que programa-se para os pagamentos futuros.

Com o reequilíbrio das contas públicas, Rabello de Castro sugere a criação de mecanismos para restringir o endividamento futuro.